

**ATA REUNIÃO MENSAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC - 05 DE JUNHO DE 2025**

Ao quinto dia do mês de Junho de dois mil e vinte e cinco reuniram-se as nove horas da manhã para Plenária Ordinária Mensal do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência conforme cronograma divulgado na sede da AFADEFI (Associação de Apoio as Famílias de Deficientes Físicos) na Rua Mil e Quinhentos número mil oitocentos e trinta e sete, Centro de Balneário Camboriú/SC. Estavam presentes na reunião, Gévelyn Almeida- Presidente do Conselho Municipal da pessoa com deficiência (CMPCD)- (Secretaria Municipal de Assistência Social Mulher e Família), Juliana J. Vidotto – Primeira Secretária, Secretaria Municipal de Saúde, Fábio Bento (Representante de Pais), Maria Alcirene (Ouvinte Instituto Ilário Borges), Leila Bodnasarec (Ouvinte – Presidente do Instituto Ilário Borges), André Zain (Secretaria Municipal de Assistência Social Mulher e Família), Regina Dal Bem (Ama Litoral), Fabiana Jeziorski (AFADEFI), Valdeci Mathias (Ouvinte AFADEFI), Danielli Rodrigues da Costa Berkembrok (Amor pra Down), Rogério Bento (Ouvinte PCD), Noemi Representante da APAE. **Resumo:** Este documento compila notas da reunião do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPCD), realizada em torno de 05 de junho de 2025, na sede a Associação de Apoio as famílias de Deficientes físicos (AFADEFI), abordando diversos aspectos da inclusão e acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD). Os tópicos incluem o histórico, serviços e desafios financeiros da AFADEFI, especialmente em relação ao credenciamento no SUS; a política pública municipal para PcD, o papel do conselho, desafios de financiamento na saúde e a formação de comissões temáticas. Há uma discussão aprofundada sobre as preocupações da comunidade surda em relação ao ensino de Libras e barreiras de comunicação, além de iniciativas para acessibilidade. O documento também detalha desafios na acessibilidade física e educacional, a importância da coleta de dados (incluindo a proposta de um censo municipal), o processo de diagnóstico especializado (autismo, neuropediatria) e a implementação da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Por fim, são abordadas as barreiras burocráticas no acesso à Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para PcD e a organização interna do conselho. **Reunião:** 1. A reunião iniciou com uma visita guiada pela Fabiana Jeziorski (AFADEFI), pelas instalações da instituição com os membros do CMPCD e ouvintes da reunião. 2. A Presidente do CMPCD realizou a abertura da reunião agradecendo a recepção da instituição AFADEFI. Após discorreu sobre os encaminhamentos para os serviços das instituições e como o conselho poderia auxiliar nas demandas. Processo de encaminhamento de demandas: As entidades devem levar suas demandas ao conselho para que este possa fazer os devidos encaminhamentos. As demandas podem ser explanadas verbalmente durante a plenária, mas o ideal é que sejam recebidas da entidade antes da plenária para apresentação. o Exemplo: A entidade Amor para Down enfrenta dificuldades com convênios que limitam o valor para serviços de psicologia, impedindo um atendimento mais abrangente. Comunicação: O e-mail que estava disponibilizado na gestão anterior foi recuperado e deve ser utilizado para o envio das demandas. 3. Foi dada a palavra ao Diretor Administrativo da AFADEFI, senhor Valdeci Mathias, que começou falando do histórico e fundação: o A instituição foi fundada no ano de 2002 por uma senhora que, após sua mãe sofrer um AVC, buscou recursos no município e não encontrou. De 2002 até o final de 2004, a fundadora tentou reunir documentos, mas não obteve apoio do município nem da comunidade para levar a iniciativa adiante. Em 2004, um grupo que buscava fundar uma instituição para direitos de acessibilidade descobriu a AFADEFI já existente, entrou em contato com a fundadora, que transferiu toda a documentação. Uma eleição foi realizada, a diretoria foi formada, e os trabalhos da AFADEFI iniciaram efetivamente a partir de janeiro de 2005. Sede: Inicialmente, a AFADEFI operava em uma pequena sala no centro comunitário da Vila Real. Posteriormente, ganhou uma sala em um colégio antigo (Arte). Graças à doação de um terreno por uma senhora, a instituição pôde iniciar o projeto de sua sede própria. Estrutura e Serviços Atuais: A sede atual, que possui 3 andares, já está ficando pequena devido à grande quantidade de pessoas atendidas. Equipe AFADEFI conta com 2 fisioterapeutas, 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS

psicólogas, 1 fonoaudióloga, 1 psicopedagogo, 2 professores de educação física, uma assistente social e oferece orientação jurídica. A orientação jurídica é um dos serviços mais utilizados, atendendo 2 a 3 pessoas por semana devido às muitas dúvidas da população. Esportes: A instituição trabalha ativamente com esportes, possuindo uma equipe de 39 atletas, muitos dos quais são campeões regionais e estaduais, e alguns fazem parte da seleção. Desafios e Necessidades Financeiras: AFADEFI sente a necessidade de mais recursos vindos do município, uma dificuldade compartilhada por outras entidades como a AMOR para DOWN e a AMA. A instituição é limitada a convênios com o Fundo da Criança e o Fundo da Assistência Social. A verba do Fundo da Criança é destinada apenas a crianças e adolescentes, impedindo a continuidade das fisioterapias para pessoas a partir de 20 anos. Há uma demanda muito grande por atendimento de adultos que a AFADEFI não consegue suprir adequadamente devido às limitações de convênio. Credenciamento da AFADEFI no SUS: é a única entidade que ainda não conseguiu credenciamento pelo SUS. A justificativa anterior era que o SUS conveniava apenas entidades que não tivessem atendimento intelectual. Processo recente: No ano passado, a AFADEFI deu entrada no processo de credenciamento, que passou pelo Conselho da Saúde e foi aprovado. Obstáculo: Com a alteração de governo, o processo ficou parado. Esforços Atuais: AFADEFI está buscando o apoio da vereadora Jade para reativar o processo. A instituição espera que, com o apoio do Conselho, seja possível resolver a questão do credenciamento. 4. Juliana Vidotto discorreu sobre os serviços de fisioterapia no município: O município informa ter serviços de fisioterapia no CEFIR, no NAI e em todas as unidades básicas de saúde. O CEFIR atualmente, não tem mais a obrigatoriedade de 10 sessões; os pacientes podem ter 20 sessões e, se o fisioterapeuta julgar necessário, podem continuar o atendimento. A Coordenação de Fisioterapia Municipal: A coordenadora atual está na assistência da prefeitura desde 2019 e assumiu a coordenação em novembro de 2023. Existem Filas de Atendimento conjunta da neurofuncional para o CEFIR e o NAI, com 42 pessoas aguardando atendimento. O município conta hoje com 29 fisioterapeutas, totalizando 30 com a fisioterapeuta coordenadora. Processo de Regulação: Fisioterapeuta Darci gerencia os encaminhamentos. Anteriormente, os pacientes entravam diretamente pelo CEFIR ou NAI sem uma triagem adequada. Por fim, a coordenação municipal busca uma maior proximidade com as instituições, como a AMA e a Amor para Down, algo que não ocorria na gestão passada. Há um reconhecimento da importância de trabalhar em conjunto e unir forças. Será encaminhada uma circular com todo o fluxo de encaminhamento da fisioterapia para as entidades. 5. Juliana continua a descrever como está funcionando o processo de alta assistida para os pacientes: O fisioterapeuta é responsável por determinar a alta do paciente. Na área neurológica, é comum a "alta assistida", que segue um cronograma de redução de frequência: Inicialmente: 3 vezes por semana; Progressão: 2 vezes por semana; Posteriormente: 1 vez por semana; Fase final: A cada 15 dias. 6. Necessidade de Encaminhamento: Pacientes não podem permanecer em fisioterapia indefinidamente. É crucial encontrar opções de encaminhamento dentro do município para garantir a manutenção dos ganhos terapêuticos e uma condição de vida estável. 7. Trabalho Colaborativo (Decisão/Acordo): A proposta é que o CEFIR realize a primeira parte do tratamento e, a longo prazo, outras entidades ou serviços municipais façam o segundo encaminhamento, garantindo a continuidade do trabalho para pacientes e famílias. 8. Acesso a outras instituições: Houve melhora no acesso a instituições como a AMA e a Casa do Autista, facilitando o atendimento de crianças e adolescentes. 9. O Representante dos pais, Fábio Bento, cita exemplo do Esporte: No esporte, é possível solicitar verbas federais, estaduais e municipais através das confederações, o que não ocorre da mesma forma na saúde especializada. 10. A presidente do conselho relembra que a ativação do Conselho foi realizada após um período de 3 anos e que há uma demanda por uma política pública municipal específica para pessoas com deficiência. 11. A presidente cita que a Coordenadoria da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família realizou uma reunião com o Ministério da Cidadania antes da ativação do Conselho. Relembra que um novo plano nacional foi aprovado em 2023, contendo 95 ações distribuídas em 24 ministérios, alinhadas ao Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. 12. Requisitos para Credenciamento: Para que o município se credencie e acesse os recursos federais,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS

é necessário ter um Conselho Municipal e um Comitê Gestor paralelo para avaliar as ações. Assim, como um Núcleo Permanente que já foi instaurado, voltado para a pessoa com deficiência na Secretaria da Inclusão, que atuará como Comitê Gestor, suprimindo a solicitação do Ministério da Cidadania. Seleção de Ações: Das 95 ações, o município deve selecionar e filtrar quais serão implementadas no curto, médio e longo prazo. O município está apto a acessar 6.5 bilhões de reais em recursos federais, mas o credenciamento depende da existência de uma política municipal. 13.

Atenção para oficialização das Comissões (Decisão/Acordo): A pauta da reunião inclui a homologação das comissões temáticas, que são eixos do Plano Nacional. Os eixos temáticos são: Gestão e Participação Social (com 1 membro: Dra. Luciana), Enfrentamento ao Capacitismo e Violência (sem membros), Acessibilidade e Tecnologia Assistiva (sem membros), Promoção do Direito à Educação, Assistência Social, Saúde e Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (com 3 membros: Júnior Camarão, Rúbia - da Secretaria de Educação, e Dra. Luciana). 14. Meta do Conselho (Decisão/Acordo): A meta é que as comissões temáticas elaborem o Plano Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto, mas que ainda não existe. 15. Prazo para Apresentação (Decisão/Acordo): A ideia é apresentar o Plano Municipal na Câmara de Vereadores em dezembro.

16. Mapeamento de Demandas: A visita às entidades visa coletar demandas para fazer um mapeamento e uma previsibilidade orçamentária, contrastando as necessidades com a política nacional.

17. Participação nas Comissões: O ideal é ter de 4 a 5 membros por eixo. Conselheiros devem se engajar em pelo menos um eixo. 18. Calendário de Plenárias das Comissões Temáticas: 26 de junho, 24 de setembro, 21 de outubro, 25 de novembro, 23 de dezembro, 27 de novembro, 11 de dezembro; 19.

Flexibilidade das Reuniões: As reuniões das comissões podem ser virtuais ou presenciais, em locais diversos (entidades, secretaria). Criação do Fundo (Meta): O Conselho tem como meta buscar a criação de um Fundo Municipal para Pessoas com Deficiência. 20. Benefícios do Fundo: Permitiria que instituições migrassem do Fundo da Criança (que já está saturado) para este novo fundo, possibilitando o atendimento a jovens e adultos. 21.

Dependência do Plano Municipal: A criação do fundo está no radar do governo municipal, mas depende da estruturação do Plano Municipal para justificar sua existência. 22. Pauta da Plenária: A pauta da plenária incluiu a visita à entidade AFADEFI, apresentação de serviços e demandas, apresentação do plano e eixos, homologação das comissões temáticas e homologação de entidades que solicitaram inscrição. Processo de Inscrição: A documentação para inscrição deve ser protocolada na Casa dos Conselhos para análise e posterior homologação em plenária. 23.

Entidades Homologadas/Em Processo: o Ellen Keller: Já protocolou a documentação, foi analisada e está apta a entrar como cadeira titular.


o AMA: Já foi incluída na atualização do decreto. o ASBAC: Teve documentação divergente no fórum eletivo, foi orientada e um novo administrativo está providenciando a regularização. 24. A presidente do CMPCD relata que a coordenadoria de Política Pública de Pessoas com Deficiência recebeu um ofício da ASBAC (Associação de Surdos de Balneário Camboriú). O ofício é datado de 16 de maio, expressa manifestação contrária à designação de uma professora ouvinte para aulas de libras, defende o direito de professores surdos atuarem no ensino da língua, considerando a decisão um desrespeito ao princípio da prioridade de contratação de professores surdos, menciona o decreto federal sobre o ensino da língua. Segundo a associação as libras devem ser ensinada preferencialmente por quem tem vivência da língua cotidiana. A designação de ouvintes é vista como desvalorização do profissional surdo, uma injustiça, um perigoso princípio de equidade e um corte de oportunidades. Há professores surdos concursados, com formação específica, experiência e disponibilidade, o que reforça a arbitrariedade da decisão. A decisão reforça a falsa ideia de que a comunidade surda não é capaz de autogerir e ensinar sua própria língua. Constitui uma violação de direitos, descaracterização da língua e um retrocesso na política de inclusão.

25. Encaminhamentos solicitados pela ASBAC: o Reavaliação Imediata: Solicita a reavaliação imediata da escolha feita pela gestão municipal. o Substituição: Requer a substituição da professora ouvinte por um professor surdo devidamente concursado no ensino de línguas. o Consulta Prévia: A comunidade surda deve ser previamente consultada, Demanda a valorização do protagonismo dos profissionais surdos no

âmbito da educação linguística. O ofício foi assinado por Amanda Jacinto (Presidente da ASBAC). 26. A presidente do CMPCD explica os esforços Iniciais da Coordenadoria, como: o Busca por Parceria: A coordenadoria buscou inicialmente um professor surdo (Anderson) para atuar em parceria com uma professora ouvinte (Daniela) da Secretaria da Educação. o Público-Alvo do Curso: A proposta do curso é para pessoas ouvintes, não para surdos (que já têm aulas nas escolas). o Dificuldade Encontrada: Não foi possível encontrar um professor surdo disponível para a parceria, pois Anderson estava passando por um processo de internação. o A coordenadoria expressa frustração ao receber o ofício, pois a ação era voltada para a comunidade surda, e a reação foi percebida como uma "bordoada" apesar dos esforços. **Barreira Comunicacional:** A coordenadoria levantou a preocupação de uma barreira comunicacional caso apenas um professor surdo ministrasse o curso para alunos ouvintes. 27. Foi lembrado na reunião que para cursos promovidos pela prefeitura, os professores devem ser funcionários da rede municipal e não havia professores disponíveis no momento. Todos os três professores surdos concursados no município estão com carga horária cheia e não podem ministrar o curso. A única professora disponível que atende aos requisitos municipais é Daniela de Bem Vicentini de Lima (ouvinte). 28. Como Sugestão de Solução: Uma parceria com associações poderia ser uma "brecha" para contornar a exigência de que o professor seja funcionário municipal. 29. Detalhes do Curso de Libras Ofertado: o Professora: Daniela de Bem Vicentini de Lima (ouvinte, da rede municipal, do Paulo Bilinho). Estrutura do Curso: ☒ Módulos: Básico, Intermediário, Avançado e Conversação. ☒ Carga Horária: Todos os módulos têm 80 horas cada. ☒ Periodicidade: Quatro módulos a serem realizados a cada seis meses. ☒ Dias: Aulas nas segundas, terças, quartas, quintas e sextas-feiras. o Objetivos do Curso: ☒ Ofertar o curso e promover a integração de profissionais para atuarem diretamente com acessibilidade comunicativa. ☒ Oportunizar formação em Libras, diálogo e formação de temas voltados à acessibilidade comunicacional. ☒ Quebrar barreiras entre ouvintes e surdos. ☒ Direcionamento a funcionários e professores da rede, familiares de pessoas com surdez, comunidade em geral e multiplicadores do processo de comunicação. ☒ Qualificação de profissionais com atendimento funcional didático à comunicação. ☒ Fundamentação Legal: De acordo com a Lei 7853/89 e o Decreto 3298/99. ☒ Público-Alvo Explícito: Ensinar a Língua Brasileira de Sinais à comunidade ouvinte (não é um curso para surdos). ☒ Valorização Cultural: Valorizar a cultura surda, o humor e difundir o prestígio linguístico da Libras. o Benefícios Esperados (Resposta ao Ofício): ☒ Aprendizado de Libras pela comunidade ouvinte facilita a conversação e respeita a cultura surda. ☒ Consciência e respeito pela diversidade, habilidade comunicacional, fortalecimento da identidade da comunidade surda. ☒ Promoção de uma sociedade mais inclusiva, acessibilidade comunicacional, inclusão social e adaptabilidade. ☒ Reconhecimento e valorização da cultura surda por meio da educação. ☒ Diminuição do preconceito e da exclusão. 30. Maria Ossirene (Mãe de Anderson e Co-fundadora da ASBAC), pediu a palavra, identificou-se: Assistente social e mãe militante de pessoa surda em Balneário Camboriú. Foi co-fundadora da ASBAC, que nasceu da união de pais de crianças e adolescentes surdos (Anderson tinha 11 anos na época). A documentação inicial foi elaborada por pais. Luta Pessoal e Histórica: Anderson ficou surdo aos seis meses devido a sarampo. Maria, que era professora, não entendia Libras e buscou apoio em Curitiba. Trouxe um surdo para ministrar curso para pais, enfrentando preconceitos como filhos sendo chamados de "macaquinhos" ou "mudinhos". Menciona que o curso de fonoaudiologia na Univale nasceu da luta de mães. Reafirma que todos os cursos de Libras em Balneário Camboriú devem ter um professor surdo, pois "é dele essa cultura". Deseja participar das comissões (ex: tecnologia e acessibilidade) para representar a família e usar seu conhecimento técnico como assistente social. 31. A Sra. Maria ainda relembra que a comunidade surda prefere que o ensino de Libras seja feito por um professor surdo, pois sentem que o ouvinte "acabou tomando espaço". A experiência em Itajaí (SEMESP) com um professor surdo e um intérprete ilustra a necessidade de mediação para ouvintes, embora a comunidade surda prefira a representatividade direta. 32. Ações Futuras e Demandas Adicionais: o Plataforma de Acessibilidade: Busca pela implementação de uma plataforma de acessibilidade

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS

comunicacional 24 horas, um serviço oferecido por apenas uma empresa no Brasil. Requisito para Contratação: Necessidade de uma "carta de exclusividade" para a contratação da plataforma. o Demanda da Segurança: Existe uma demanda da Secretaria da Segurança para ministrar um curso de Libras para agentes de segurança. 33. A presidente do CMPCD relata um exemplo (Experimento Social na Recepção): Um experimento social foi realizado com Amanda, onde ela tentou pedir informações na recepção da Casa da Família. Resultado: Ninguém conseguiu atendê-la em Libras, apesar de terem feito o curso. Conclusão: A falta de prática na conversação cria entraves na comunicação. 34. Presidente da Associação Borges Ilário, Leila Bodnasarec, refere questões de Fluência e Didática, Dificuldade de Fluência para Ouvintes: muitos ouvintes aprendem a língua de sinais, mas não se envolvem na cultura surda, o que impede a fluência. Isso resulta em intérpretes que não são totalmente fluentes, o que pode dificultar a compreensão clara por parte dos surdos. Um curso administrado por um professor surdo insere a cultura e quebra barreiras de comunicação. Professores ouvintes, por vezes, ensinam de uma forma que um surdo não ensinaria, ou afirmam que um surdo não conseguiria dar aula de determinada maneira. Questionamento sobre a didática de um professor surdo para alunos ouvintes, especialmente sem remuneração. 35. A comunidade surda, por vezes, recusa intérpretes específicos por "problemas pessoais" ou por considerarem que não são fluentes. 36. A presidente do conselho menciona que a secretaria está trabalhando para sensibilizar sobre a necessidade de intérpretes e legendas em eventos públicos. Refere ainda que desde que assumiu o cargo na Secretaria, a luta pela comunidade surda tem sido uma prioridade. Há uma grande sensibilidade à causa, que é vista como uma demanda "muito latente". 37. A presidente do conselho menciona que a Secretaria tentou estabelecer uma parceria com a ASBAC, solicitando um plano de trabalho. A ASBAC possui uma sala cedida no CTC (Centro de Treinamento Comunitário) desde o governo anterior, mas a sala permanece fechada e foi utilizada apenas em duas reuniões. 38. André Zain (Secretaria Municipal de Assistência Social Mulher e Família) refere que o conselho recém-criado representa um "início" para um longo caminho em todos os setores. a. Luta Contínua: A luta pela inclusão é "infinita" e "muito complicada" no Brasil, exigindo união em todas as pausas e segmentos. b. Complexidade do Povo Brasileiro: A secretária, com formação em relações nacionais, observa que o Brasil é um dos países mais difíceis de lidar entre seres humanos, pois a sociedade só pensa na pessoa com deficiência quando há um problema pessoal ou familiar. c. Necessidade de Compreensão Mútua: É importante que a comunidade surda entenda as dificuldades dos ouvintes em serem fluentes em Libras e que valorize o esforço dos intérpretes. d. A presidente do CMPCD menciona que a discussão inicial foca na inserção de pessoas, começando pelos surdos, mas expandindo para outras deficiências. Temos inúmeras questões para melhorias, como: Vagas de Estacionamento: Necessidade de vagas acessíveis com rampas para cadeirantes; Calçadas: Acessibilidade para cegos, com inconsistência na notificação de irregularidades ("notificam uns e outros não"). Exemplo: vizinho que quer manter a calçada antiga e não foi notificado; Conexão Intermunicipal: Acessibilidade entre Balneário Camboriú e Itajaí pela Avenida Osvaldo Reis para cadeirantes. Exemplo: Jair André usa patinete aquático e cadeira adaptada. É um direito do cadeirante passear, como ir da "rainha para passear" com uma cadeira elétrica. A Osvaldo Reis não tem acesso adequado nem para pedestres normais; Falta de acessibilidade nas principais avenidas do "Palmeiras" (possivelmente um bairro ou região); Plano Diretor: A necessidade de incluir todas essas questões de acessibilidade no plano diretor. 39. Foi solicitado pela presidente do CMPCD o levantamento de Dados da população em geral não tem conhecimento sobre o número de pessoas com deficiência cadastrados no município. o Juliana Vidotto mencionou um estudo em andamento pela rede condutora da pessoa com deficiência da regional de Itajaí sobre a quantidade e classificação de pessoas com deficiência. Trouxe, ainda dados do município: surdos em Balneário Camboriú: Estimativa de 400 surdos na cidade. 40. Mais uma vez o representante dos pais menciona que existem verbas federais paradas: Existe verba federal parada destinada a venezuelanos, enquanto há falta de recursos para as necessidades locais. Há dinheiro disponível para fisioterapia, psicologia e outras necessidades, mas é preciso "saber captar". A falta de captação é um problema que precisa ser abordado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS

41. O CMPCD poderia agendar uma reunião com uma pessoa que possui conhecimento sobre captação de recursos para compartilhar informações. 42. Há uma solicitação feita ao Wagner no início do ano sobre a falta de professores auxiliares, e muitas crianças dependem desse suporte, que não está sendo provido. a. Critério de Necessidade (Explicação): A Dra. Cristiana Galli, vice-presidente, informou que "não necessariamente toda criança, seja ela com deficiência X, Y, Z, necessita do auxiliar". A necessidade deve ser avaliada pelo laudo médico e pelo departamento pedagógico da escola. b. Casos Específicos (Exemplos): Crianças surdas e autistas são exemplos de casos que geralmente necessitam de auxiliar. c. Proporção Inadequada (Dado): A proporção atual é de "praticamente um auxiliar para oito, dez alunos", o que é considerado inviável para a realização do trabalho. d. Capacitação (Termo): Há uma necessidade de capacitação para os professores auxiliares. 43. Crescimento da Demanda por Atendimento ao Autismo: o Aumento da Demanda (Dado): O Wagner trouxe um número de "mais de 1.200 crianças com autismo hoje na rede", o que representa um aumento significativo na demanda. Este dado precisa ser contrastado com informações da AMA e da Casa do Autista. o Impacto na Rede: O aumento da demanda, combinado com o número reduzido de auxiliares em comparação ao ano passado, gera um desafio para a rede. Alunos em Espera: Além dos alunos já laudados, há outros aguardando laudo, o que tende a aumentar ainda mais o número de crianças que necessitam de suporte. 44. Voltando aos dados das pessoas com deficiência do município Juliana, trouxe Dados Atuais (Dado): A rede municipal de saúde (SMS) tem 169 pessoas cadastradas com deficiência auditiva e visual. A SMS não possui classificações separadas para deficiência auditiva e surdez, agrupando-as na mesma linha. Para a rede regional, foram solicitadas classificações de deficiência visual e auditiva. O número atual de pessoas com deficiência não parece estar correto, pois muitas pessoas estão reclusas em seus lares e não são acessadas. 45. Deu-se a ideia de realizar busca Ativa e Acesso a Serviços uma das estratégias propostas é pegar as listagens de pessoas cadastradas em cada associação e realizar uma busca ativa dessas famílias, cruzando com os dados da rede. 46. A representante da AMA Litoral mencionou que houve um período em que a AMA era responsável pelos cadastros, mas devido a mudanças na legislação, a responsabilidade passou para a própria Saúde. É necessário verificar como era feito o cadastro anteriormente. É importante verificar se todas as "500 e poucas" crianças ou adolescentes na lista de espera realmente possuem diagnóstico comprovado ou se foram inseridas apenas com um encaminhamento. Juliana, complementou que geralmente, para entrar na fila da AMA/Casa do Autista, o paciente já possui o diagnóstico. 47. O município está realizando "uma Força Tarefa" para acesso a Neuropediatras e Especialistas através da contratação de Consultas, já foram contratadas "200 consultas de neuropediatria" de serviços externos. Profissionais Atuais (Dado): O município não possui neuropediatras próprios hoje, contando com "dois neurologistas adultos". 48. Juliana apresenta a dificuldade de Contratação de Neuropediatria, neuropsiquiatria e psiquiatria pediátrica são especialidades médicas "muito difíceis de conseguir". Refere ainda que a prefeita assinou uma ação para a compra de consultas de neuropediatria, visando acelerar o processo que já estava demorando. 49. A presidente do CMPCD lembra sobre a Capacitação do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CONED) ocorrerá no dia 11 (próxima semana) de junho, onde Paulo e Alexandre do CONED trarão informações sobre legislação e abordarão a questão das conferências. Há 30 inscritos até o momento, com capacidade para 60 pessoas. O local da capacitação mudou da Casa da Família para o CTC. 50. A reunião do núcleo do conselho, programada para o dia 10, será suprimida para que a atenção se concentre na capacitação do CONEDE. 51. Relembra também que as entidades não homologadas no conselho podem participar da reunião do núcleo. 52. A presidente do CMPCD menciona Audiência Pública na ALESC e o Modelo CIF: Uma audiência pública foi realizada na ALESC (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) em uma terça-feira (data não especificada) para discutir "Doença e Deficiência". A audiência contou com a presença da comissão da ALESC (Dr. Vicente Carapresa) e do CONEDE (Alexandre). O Código Internacional de Doenças (CID) classifica patologias e doenças e o Código Internacional de Funcionalidade (CIF) busca ser uma normativa utilizada junto com o CID. A CIF enxerga o indivíduo em sua funcionalidade, considerando fatores internos e externos, aspectos



biopsicossociais e seu relacionamento com a sociedade. A Importância da CIF (Explicação): A CIF permite enxergar a funcionalidade do indivíduo, garantindo acesso a políticas públicas e direitos, contrapondo o "rótulo de incapacidade" frequentemente atribuído pela sociedade. Representa a transição do modelo médico para o modelo biopsicossocial. Foi solicitado um encaminhamento na plenária para que a CIF se tornasse obrigatória por meio de uma normativa estadual, o que foi aceito e passará por tramitação na ALESC.

53. Juliana, discorre sobre a CIF: Atualmente, há poucos profissionais capacitados para preencher a CIF; Alguns projetos federais já trabalham com a CIF, mas poucas prefeituras e órgãos públicos a utilizam como obrigatoriedade. Na rede de saúde local, alguns profissionais utilizam a CIF, mas não é uma prática obrigatória. 54. Sugeriu-se a criação de uma nova comissão temática sobre a CIF para provocar a capacitação dos profissionais da rede. 55. A representante Sra. Maria, explanou sobre as Experiências com CNH para Pessoas com Deficiência: o Caso do Filho Surdo (Exemplo): O filho da Sra. Maria, Anderson, foi a primeira pessoa surda a obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em Balneário Camboriú, com o auxílio de um intérprete na prova. o Desafio da Isenção de IPVA: Para ter direito à isenção de IPVA, a CNH precisa indicar a surdez. o Problema com a CNH (Exemplo): A CNH de Anderson veio sem o símbolo/letra indicando a surdez, exigindo uma demanda judicial para correção. o Atestado Médico Inadequado (Exemplo): Um médico atestou "uso de aparelho auditivo" para que a letra fosse incluída na CNH, apesar de Anderson ser surdo profundo e não usar aparelho, o que gerou uma discussão de mais de uma hora e a necessidade de um novo processo judicial. o Mudança de código para deficiente auditivo na CNH mudou da letra "A" para "B". o Anderson se tornou uma referência para outros amigos surdos sobre como acessar esses direitos. 56. Barreiras de Acesso e Custos Elevados: Identificação de dificuldades de deslocamento para locais como o DETRAN para pessoas com deficiência. 57. Exemplos de Custos: Agendamento de veículo para prova (vindo de Florianópolis, Tijucas ou Itajaí): R\$ 2.700,00. 58. Realização de prova em Blumenau: R\$ 480,00. 59. Inconsistência de Informações e Necessidade de Padronização: o Relatos de informações divergentes fornecidas pelo DETRAN, com três respostas diferentes em três visitas. Validade do laudo federal: 30 dias, mesmo para deficiências permanentes que exigem atualização. Explicação: A necessidade de padronização dos procedimentos para que não dependam da interpretação individual de funcionários ("conforme a cara do cliente"). o Contexto: A dificuldade de autoescolas obterem autorização municipal, muitas vezes dependendo de "pedir a benção dos políticos".

Princípio: O Estatuto da Pessoa com Deficiência exige que as instituições (município, DETRAN, escolas) se adaptem às PCDs, e não o contrário. 58. Ficou estabelecido que há necessidade de encaminhar ofício às entidades para coletar o número de pessoas com deficiência atendidas (não o número de atendimentos) e o número de associados. Para que possamos cruzar esses dados com os relatórios de saúde do município para verificar a proximidade com a realidade e o acesso a essas pessoas. 59. Proposta de Censo Municipal da pessoa com deficiência: Levar para a próxima plenária a discussão sobre a formatação de um projeto de lei municipal para a implementação de um censo da pessoa com deficiência vulnerável. o Justificativa: A população de Santa Catarina com deficiência é de 1.3 milhões, e é crucial ter dados mais próximos da realidade. o Estratégia: Possibilidade de parceria com universidades (Uniavan, IFC, Univali, unisul) para a realização do censo. 60. Temos até a próxima sexta-feira, dia 13/06/2025 para formação e Organização das Comissões Temáticas. Sendo esse o último prazo para a definição dos conselheiros faltantes e formação das comissões. Cada comissão elegerá seu presidente e definirá sua organização interna (grupo de WhatsApp, reunião por vídeo, presencial). 61. Ação: Programar uma possibilidade de data para buscar a capacitação da CIF para preparar profissionais para futuras deliberações estaduais por meio de lei.

62. Agradecimento: Reconhecimento à AFADEFI pelo espaço para a plenária e pela oportunidade de conhecer a entidade. CONSIDERAÇÕES FINAIS: 63. Solicitação à AFADEFI: Detalhar os serviços prestados pela entidade e suas demandas de forma resumida até a próxima reunião. Informação: Não haverá reunião do conselho na próxima semana. o Solicitação: Concentrar as inscrições para o evento, pois haverá um pequeno coffee break e certificação pelo CONEDE (dia 11). o Comunicação: O link para o grupo do Núcleo será

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS

enviado para que os interessados possam entrar.

64. Buscar na secretaria de saúde a documentação do ano passado para retomar os trabalhos do credenciamento. 65. Encaminhar demandas ao conselho via e-mail recuperado. 66. Conselheiros: Acessar e estudar as cartilhas sobre o direcionamento dos recursos e pactuações até a reunião de 26 de junho. 67. Conselheiros: Definir e fechar as comissões temáticas até a próxima semana. 68. Entidades (exceto Ellen Keller e AMA): Protocolar a documentação na Casa dos Conselhos para solicitação de inscrição e homologação na próxima plenária. 69. Conselheiros: Votar na enquete para se colocar à disposição nas comissões temáticas. 70. Coordenadoria/Conselho: Continuar as visitas às entidades para coletar demandas. 71. Coordenadoria/Conselho: Mapear as demandas coletadas das entidades e contrastá-las com a política nacional. 72. Buscar uma plataforma de acessibilidade comunicacional 24 horas. 73. Cobrar novamente o número de auxiliares escolares. 74. Pegar listagem de associados e cruzar com cadastro da rede para busca ativa de famílias. Encerradas as discussões a Presidente encerra a Plenária as onze horas e trinta e oito minutos, nada mais havendo a relatar lavrando a ata devendo obrigatoriamente assinada pelos presentes. Ata confeccionada e secretariada pela Juliana Vidotto, após assinada e, de posse da Diretoria da Casa dos Conselhos era o que tem a relatar, cumpra-se e publica-se.

Juliana J. Vidotto
Secretária CMDPD Gestão 2025-2027



Gévelyn Cássia Almeida de Quadros
Presidente CMDPD Gestão 2025-2027